



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

CONTRATO DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO Nº 032/2019
AEROPORTO REGIONAL DE SANTO ÂNGELO

O Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES - SELT**, sita na Av. Borges de Medeiros, nº 1501, 7º andar, Porto Alegre-RS, criada pela Lei Estadual nº 15.246/2019, inscrita no CNPJ 08.838.143/0001-89, representada neste ato pelo seu titular **Sr. Juvir Costella**, inscrito no CPF sob nº 280.084.210-53, doravante denominada **CONCEDENTE**, e a empresa **PIPPI PNEUS LTDA.**, sito na Rua Roque Gonzales, 960, bairro centro na cidade de Santo Ângelo/RS, inscrita no Ministério da Fazenda – CNPJ sob o nº 89.079.354/0001-87, representada neste ato pelo **Sr. Wilson Luiz Pippi Junior**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 931.266.540-53, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, para a execução do objeto descrito na Cláusula Primeira - Do Objeto.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do **Expediente Administrativo nº 19/1800-0001135-3, Edital de Pregão Eletrônico Nº 0752/CELIC/2019**, regendo-se pela Lei Estadual nº 13.191/2009, Lei federal nº 8987/1995, subsidiada pelas normas da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Estadual nº 11.389/1999, Decreto Estadual nº 42.250/2003, Decreto Estadual nº 42.020/2002, pelo Decreto Estadual nº 42.434/2003, Decreto Estadual nº 45.744/2008, e legislações posteriores, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, sob os termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Concessão remunerada de uso de área de hangaragem não edificada externa (ANE), de 630 m² (21 m de largura x 30 m de profundidade), no aeroporto de Santo Ângelo, para instalação de um hangar tipo desmontável, sem reversão ao patrimônio do aeroporto, destinado à guarda de aeronaves próprias e/ou de terceiros; colocação de tanque de combustível para abastecimento das próprias aeronaves; e demais serviços operacionais e administrativos privados correlatos, conforme Anexo III - Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 A contraprestação que a **CONCESSIONÁRIA** pagará mensalmente à **CONCEDENTE**, será o valor de R\$ 1.738,80 (um mil, setecentos e trinta e oito reais e oitenta centavos).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

3.1 Os preços do presente contrato serão reajustados anualmente, após decorrido o prazo de 12 (doze) meses do início de vigência do contrato, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, editada pela Fundação Getúlio Vargas, sendo que para o primeiro reajuste do contrato, o índice deverá ser calculado desde a data da apresentação da proposta até o término dos 12 meses; ou sempre que houver atualização dos valores básicos mínimos, constantes na Tabela 4 - referente a exploração comercial e de serviços aéreos privados de Portaria SELT, por ato do Secretário Estadual de Logística e Transportes, caso o valor retributivo fique inferior ao preço específico mensal mínimo atualizado na referida tabela.

3.2 Na ocorrência de qualquer hipótese, o reajuste será implementado a partir do mês subsequente ao 12º mês de vigência ou ao da publicação da portaria de atualização, de forma automática, sem a necessidade de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento do valor retributivo e das taxas de ressarcimento deverá ser efetuado pela CONCESSIONÁRIA, até o décimo dia do mês subsequente ao vencido, através de Guia de Arrecadação (GA), cujo código é 505. A GA é gerada através da Internet, disponível no site da CONCEDENTE: www.transportes.rs.gov.br – Serviços – ST - Guias de Arrecadação / Taxas de Serviço – CONCESSÃO DE DIREITO DE USO – ÁREA AEROPORTO.

4.1.1 Por determinação da Secretaria da Fazenda do Estado do RS, atualmente o pagamento da Guia de Arrecadação - GA, só é possível no BANRISUL ou SICREDI. Para não correntistas destas instituições financeiras, a quitação deve ser efetuada diretamente no caixa de suas agências em espécie; não é aceito pagamento com cheques.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RECEITAS

5.1 As receitas decorrentes do presente contrato serão registradas segundo a classificação 1310.02.1.1.0001, a qual retorna para a SELT na forma de cota de custeio código 110, com aplicação orçamentária na atividade nº 5638 – manutenção de aeroportos, em atendimento à cláusula décima – da remuneração, em especial os itens 10.2 e 10.5 do Convênio de Outorga Nº' 024/2012 – D.O.U de 09/11/2012

CLÁUSULA SEXTA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

6.1 Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, pro-rata die, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS

7.1 O prazo para o início da CONCESSÃO é de até 05 (cinco) dias a contar da data de recebimento de sua Autorização de Início, emitida pelo Departamento Aeroportuário.

7.2 A autorização de Início somente poderá ser emitida após a publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.

7.3 O prazo de duração desta contratação, será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA OITAVA - DAS BENFEITORIAS

8.1 A realização de quaisquer benfeitorias e obras só poderão ser realizadas com autorização expressa e por escrito da CONCEDENTE.

8.2 As instalações aprovadas não poderão ser alteradas sem nova aprovação do DAP/SELT;

8.3 Os custos para as instalações nas áreas objeto, todo o equipamento - máquinas, móveis e utensílios, benfeitorias a serem construídas - necessárias e indispensáveis ao funcionamento do objeto licitado, de acordo com projetos (desenhos, detalhes e orçamentos) aprovados pelo CONCEDENTE e pela ANAC, conforme Termo de Referência, serão de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA;

8.4 As instalações e todos equipamentos móveis e desmontáveis, poderão ser retirados pela CONCESSIONÁRIA, desde que não afetem a estrutura e substância do imóvel, correndo por conta da CONCESSIONÁRIA as despesas com remoção e o risco pelo seu levantamento;

8.5 As benfeitorias fixas que vierem a ser efetuadas pela CONCESSIONÁRIA e que integrem a estrutura e substância do imóvel passarão à propriedade da CONCEDENTE tão logo sejam concluídas, independentemente de qualquer indenização.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

9.1. Dos Direitos

9.1.1 Da CONCEDENTE:

9.1.1.1 perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados; e

9.1.1.2 Designar empregados para fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais, notadamente as condições de conservação e segurança.

9.1.2 Da CONCESSIONÁRIA:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

9.1.2.1 Receber as áreas descritas no Objeto deste contrato, nas condições em que se encontram.

9.1.2.2 Desenvolver suas atividades, nos termos do Edital PE Nº 0752/CELIC/2019.

9.2. Das Obrigações

9.2.1. Do CONCEDENTE:

9.2.1.1 Emitir autorização para o início da CONCESSÃO do seu objeto, após cumpridas as exigências da Cláusula Décima Quarta – Da Eficácia deste contrato.

9.2.1.2 Dar CONCESSÃO de uso à CONCESSIONÁRIA, disponibilizando as áreas descritas no Objeto, para a exploração das atividades fins, nos termos do respectivo edital de licitação, após observado o subitem 9.2.1.1.

9.2.1.3 Fazer a vistoria das áreas concedidas quando da devolução por parte da CONCESSIONÁRIA.

9.2.2 Da CONCESSIONÁRIA:

9.2.2.1 Obrigar-se a providenciar seguro, com integral cobertura, de responsabilidade geral contra roubo, furto, incêndio, perda total, avarias ocasionadas por atos involuntários e danos decorrentes da conservação e uso da área, entregando uma cópia da Apólice ao CONCEDENTE;

9.2.2.2 Apresentar relação dos aparelhos/equipamentos elétricos que forem instalados no local, até 5 dias após o início das atividades, informando quantidades, potência (w) de consumo de cada um e tempo de uso diário, tendo em vista o cálculo do consumo de energia elétrica mensal, ou providenciar instalação de medidor próprio, com o fim de ressarcimento do valor respectivo;

9.2.2.3 Efetuar o pagamento ajustado;

9.2.2.4 Pagar juntamente ao estipulado na Cláusula Quarta uma taxa de ressarcimento de água, esgoto, coleta de lixo, e outras taxas, se houverem, cujo valor será determinado através de rateio feito pelo CONCEDENTE, bem como quaisquer ônus que recaiam sobre a área utilizada, incluindo-se tributos municipais, estaduais ou federais; e, também, o valor do consumo de energia elétrica que será determinado pela Concedente, com base na relação dos aparelhos/equipamentos elétricos que forem instalados na mesma ou pela leitura mensal do medidor próprio.

9.2.2.5 Atender com elevado padrão, mantendo em serviço, sempre, número suficiente de empregados;

9.2.2.6 Fornecer ao Concedente a relação nominal do pessoal que trabalhará no local, com a respectiva qualificação, atualizando-a quando ocorrer qualquer alteração;

9.2.2.7 Os prepostos e funcionários deverão estar identificados com credenciais que serão fornecidos pelo DAP, por solicitação da Concessionária, conforme atos normativos da ANAC (IAC e/ou Resoluções). Em caso de extravio, a segunda credencial será fornecida mediante reembolso dos respectivos custos, através de Guia de Arrecadação do Tesouro do Estado – GA;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

- 9.2.2.8 Conservar e manter a área concedida em perfeitas condições de funcionamento, conservação, limpeza, segurança e higiene, dando solução adequada à retirada de lixo e seu depósito em local designado pelo Administrador Local do Aeroporto;
- 9.2.2.9 Não realizar obras ou benfeitorias, nem transferir a presente CONCESSÃO a terceiros, sem que haja autorização expressa e por escrito do CONCEDENTE;
- 9.2.2.10 Respeitar e cumprir integralmente o horário de funcionamento, diariamente, incluindo sábados, domingos e feriados, ficando proibido o funcionamento dos serviços objeto da presente licitação, fora das condições aqui estipuladas, salvo em casos excepcionais devidamente autorizados pelo CONCEDENTE;
- 9.2.2.11 Instalar, às expensas próprias, na área para esse fim destinada, todo o equipamento - máquinas, móveis e utensílios ou benfeitorias e instalações fixas que venham a ser construídas - necessários e indispensáveis ao funcionamento do objeto licitado, de acordo com projetos (desenhos, detalhes e orçamentos) aprovados pelo CONCEDENTE, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da autorização para este fim, conforme itens 7.6 e 8.2 do termo de Referência, os quais poderão ser retirados pela CONCESSIONÁRIA, desde que não afetem a estrutura e substância do imóvel, correndo por conta da CONCESSIONÁRIA as despesas com remoção e o risco pelo seu levantamento.
- 9.2.2.12 Não alterar as instalações aprovadas sem nova aprovação do DAP/ST;
- 9.2.2.13 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.2.2.14 Apresentar durante a execução do contrato, se solicitada, documentos que comprovem que a Empresa Concessionária está cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas na presente licitação, bem como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- 9.2.2.15 Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;
- 9.2.2.16 Retirar da área todos bens móveis e equipamentos desmontáveis, desde que não afetem a estrutura e substância da mesma, restituindo-a em perfeitas condições, com reparação de quaisquer danos ou estragos verificados, no prazo de 60(sessenta) dias, findo ou rescindido o contrato;
- 9.2.2.17 A inadimplência da Concessionária, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere ao Concedente a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.2.2.18 Responder diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao Concedente ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

- 9.2.2.19 Atender a legislação aeronáutica pertinente, as determinações e normas específicas, emanadas a qualquer tempo, tanto pelo DAP como pela Autoridade Aeronáutica;
- 9.2.2.20 Atender a legislação trabalhista e as leis sociais, assim como demais leis Federais, Estaduais e Municipais pertinentes a atividade a ser desenvolvida;
- 9.2.2.21 Observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, submetendo-se à orientação e fiscalização dos órgãos competentes;
- 9.2.2.22 Atender a legislação vigente sobre Prevenção de Acidentes, Segurança e Higiene do Trabalho;
- 9.2.2.23 Atender integralmente ao Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1 A CONCESSIONÁRIA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

- 11.1 Este contrato poderá ser rescindido de acordo com art. 79, Lei federal nº 8.666/93.
- 11.2 O presente contrato poderá ser denunciado a qualquer tempo por interesse administrativo, sem que caiba a qualquer título, indenização ou compensação pela rescisão do contrato.
- 11.3 Também durante a vigência deste instrumento, ficará sujeita a CONCESSIONÁRIA se der lugar à rescisão, a indenizar ao CONCEDENTE em tantas vezes o valor mensal quantos forem os meses que faltarem para o término do contrato, considerando como base de cálculo o valor mensal vigente à época da rescisão.
- 11.4 Findo ou rescindido o contrato, o CONCEDENTE entrará de imediato e de pleno direito, na posse de área, sem que assista à CONCESSIONÁRIA qualquer direito à indenização ou compensação.
- 11.5 Na ocorrência de qualquer hipótese a CONCESSIONÁRIA, no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, deverá retirar da área, os bens, mobiliários e equipamentos de sua propriedade, sob pena de não o fazendo, serem os mesmos considerados abandonados e com destinação a critério do CONCEDENTE.
- 11.6 Até a efetiva desocupação da área a CONCESSIONÁRIA obriga-se ao pagamento do preço específico e dos demais encargos estabelecidos neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 12.1 No caso de infringência aos regramentos deste contrato, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pela CONCESSIONÁRIA, serão aplicadas penalidades, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

artigo 28 da Lei Estadual nº 13.191, de 30 de junho de 2009, bem como Decreto estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados.

12.1.1 Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades;

12.1.2 Multas sobre o valor total atualizado do contrato:

a) de 0,5 % (zero, cinco por cento) por dia de atraso que exceder o prazo fixado para pagamento do valor retributivo mensal, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor da obrigação;

b) descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente, inexecução parcial, execução imperfeita ou negligência na execução do objeto contratado: 5% (cinco por cento);

c) inexecução total do acordo: 10% (dez por cento).

12.1.2.1 As multas moratórias previstas nos itens acima são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

12.1.2.2 A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

12.1.3 Suspensão, sendo descredenciado e ficando impedido de licitar e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, o licitante que:

a) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

b) falhar ou fraudar na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo;

d) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

12.1.3.1 A suspensão temporária ensejará a rescisão imediata do contrato pelo Ordenador de Despesas.

12.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, feita pelo Secretário de Estado, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2 Para aplicação da penalidade de inidoneidade o prazo de defesa prévia do interessado será de 10 (dez) dias a contar da abertura de vista.

12.3 Para aplicação das demais penalidades, o prazo de defesa prévia do interessado será de 5 (cinco) dias úteis a contar da abertura de vista.

12.4 Das penalidades de que trata esta cláusula cabe recurso ou pedido de representação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, bem como pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme o caso.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

12.5 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e não terá caráter compensatório.

12.6 A aplicação de sanções não exime a CONCESSIONÁRIA da obrigação de reparar danos, perdas ou prejuízos que a sua conduta venha a causar ao Estado.

12.7 As multas deverão ser recolhidas, por guia de arrecadação, código 0505, conforme disposto no Decreto nº 46.566/2009, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

13.1 A CONCESSIONÁRIA se responsabilizará civilmente por todos os danos causados nas dependências do objeto da licitação, consoante artigo 927 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EFICÁCIA


14.1 O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.

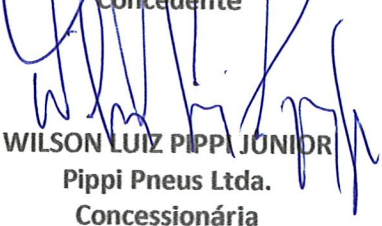
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Fica eleito o Foro de Porto Alegre para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

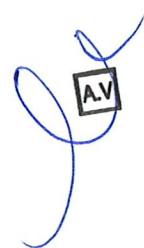
15.2 E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Contrato em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre, 26 de Dezembro de 2019.


JUVIR COSTELLA
Secretaria de Logística e Transportes - SELT
Concedente


WILSON LUIZ PIPPI JUNIOR
Pippi Pneus Ltda.
Concessionária

Testemunhas:


AV

Contratos

Protocolo: 2020000378690

SÚMULA DO CONTRATO DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO N.º 032/2019**Processo Administrativo Eletrônico nº 19/1800-0001135-3****Partes:** Secretaria de Logística e Transportes – SELT e a empresa Pippi Pneus Ltda. – CNPJ: 89.079.354/0001-87.**Objeto:** Concessão remunerada de uso de área de hangaragem não edificada externa (ANE), de 630 m² (21 m de largura x 30 m de profundidade), no aeroporto de Santo Ângelo, para instalação de um hangar tipo desmontável, sem reversão ao patrimônio do aeroporto, destinado à guarda de aeronaves próprias e/ou de terceiros; colocação de tanque de combustível para abastecimento das próprias aeronaves; e demais serviços operacionais e administrativos privados correlatos, conforme Anexo III - Termo de Referência.**Valor:** R\$ 1.738,80 (um mil, setecentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), mensal.**Vigência:** O prazo de duração desta contratação, será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.**Base Legal:** Edital de Pregão Eletrônico nº 752/CELIC/2019.

SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO

JOSÉ LUIZ STÉDILE
Av. Borges de Medeiros, 1501 - 3º e 14º andares
Porto Alegre / RS / 90119-900

Gabinete do Secretário

JOSÉ LUIZ STÉDILE
Av. Borges de Medeiros, 1501 - 3º e 14º andares
Porto Alegre / RS / 90119-900

Contratos

Protocolo: 2020000378634

Assunto: Contrato

Expediente: 19/2200-0001756-7

Retificação Contrato: 2019/021135

CONTRATANTE: Secretaria de Obras e Habitacao; **CONTRATADO:** Vinicius Eduardo Bianki, CNPJ: 11.286.415/0001-90; **OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de alarme e monitoramento eletrônico de 24 horas, em sistema de comodato, do imóvel sede da 14ª CROP no município de Santo Ângelo.; **OBJETO DA RETIFICAÇÃO:** _; **PRAZO:** 30/10/2019 até 10/12/2020; **VALOR:** R\$ 90,00 (Mensal)

BADESUL DESENVOLVIMENTO - AGÊNCIA DE FOMENTO RS

JEANETTE HALMENSCHLAGER LONTRA
Rua Gen. Andrade Neves, 175
Porto Alegre / RS / 90010-210

Superintendência de Administração

SANDRA BERTO

Contratos

Protocolo: 2020000378635

SÚMULA QUARTO ADITAMENTO AO CONTRATO ADM 011/2015**ERRATA:** onde constou **VALOR FICAL:** R\$ 2.863.165,98, leia-se **VALOR FISCAL:** R\$ 2.960.065,50. Porto Alegre, 14 de janeiro de 2020.José Cláudio dos Santos
Vice-Presidente